

O Brasil poderá precisar de US\$ 4 bilhões para reservas

por Celso Pinto
de São Paulo

O Brasil poderá precisar cerca de US\$ 4 bilhões dos bancos internacionais no próximo ano, especialmente para recompor suas reservas cambiais. Este é um cálculo considerado "razoável" por uma fonte do governo brasileiro e outra próxima ao governo norte-americano.

Isto não quer dizer que o País pedirá, necessariamente, dinheiro novo aos bancos. O mesmo resultado poderia, teoricamente, ser obtido pela criação de mecanismos de refinanciamento de parte dos juros devidos, ou se fosse possível obter os recursos, ou parte deles, voluntariamente no mercado internacional.

A base para se chegar aos US\$ 4 bilhões não é pessimista em relação ao comportamento da balança comercial. Ao contrário, no documento que deverá divulgar nos próximos dias sobre as contas externas

para este ano e o próximo, o Banco Central (BC) deverá prever um superávit comercial da ordem de US\$ 11,5 bilhões em 1987, pelo que apurou este jornal. Técnicos do banco justificam a projeção alegando que, com a esperada redução do crescimento, haverá maior excedente exportável e menos importações de bens de capital, um dos itens que mais pressionaram neste ano.

Mesmo assim, este número parece claramente irrealista. Sabe-se, contudo, que uma hipótese com que trabalha Washington, embora menos otimista, é bastante positiva. Prevê um superávit comercial de US\$ 10 bilhões para 1987, não muito diferente do desse ano, apesar de embutir a expectativa de um nível mais baixo de exportações. A explicação é que as importações cairiam ainda mais, por conta da redução do crescimento econômico para 4%.

Nas contas do BC, que deverão insistir na estima-

tiva, altamente improvável, de um superávit comercial de US\$ 10,5 bilhões neste ano, haveria um déficit em transações correntes de cerca de US\$ 1 bilhão em 1986 e um pequeno superávit em 1987. O cálculo de Washington eleva a previsão do déficit em transações correntes para cerca de US\$ 2 bilhões neste ano e fixa um déficit em torno de US\$ 1 bilhão para o próximo ano.

Em ambos os casos, supõe-se que o preço do petróleo e a taxa internacional de juros não sofrerão grandes alterações.

Parte da necessidade de capital deverá ser coberta por créditos oficiais governamentais, caso as negociações com o Clube de Paris caminhem bem. Neste ano, conforme a mais recente projeção publicada pelo BC, poderão entrar US\$ 370 milhões em créditos de agências governamentais. Em 1987, esse total poderia saltar para US\$ 1,5 bilhão, conforme cálculos dos próprios credores.

Em contrapartida, por enquanto não há indicações de que o ingresso líquido de investimentos diretos será muito melhor do que o previsto para este ano, inferior a US\$ 100 milhões.

Mesmo que, como é esperado, continuem a fluir sem grandes problemas os créditos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, seria preciso garantir um adicional junto aos bancos privados, principalmente para recompor as pesadas perdas de reservas deste ano. E isto poderá ser um complicador nas negociações. Neste ano, os bancos aceitaram sem grandes resistências reescalonar o débito de 1985/86 com o Brasil, mesmo sem o engajamento do FMI, porque não havia pedido de dinheiro novo e não se tratava de um acordo multianual.

Segundo a fonte próxima ao governo norte-americano, dificilmente os bancos aceitariam discutir um montante expressivo de dinheiro novo baseados apenas numa consulta anual rotineira do FMI ao Brasil. Provavelmente os bancos iriam, nesse caso, querer uma supervisão mais freqüente do FMI. Isso poderia dar-se, aliás, dentro dos marcos normais das consultas aos países-membros previstas no artigo 4º do Convênio Constitutivo do Fundo. O artigo não fixa o número de visitas. É comum que o FMI faça mais de uma consulta nos casos de países importantes, como os Estados Unidos.

Não é absolutamente garantido, portanto, que a questão da participação do FMI saia da mesa de discussões, mesmo que se encontre uma fórmula razoável para os países credores no âmbito do Clube de Paris. De todo modo, é bom lembrar que nenhuma autoridade brasileira admitiu, até agora, a possibilidade de o País vir a pedir dinheiro novo aos bancos.